

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal anarquista e sindicalista revolucionário

ANO I Nº 2 oamigodopovo@inventati.org www.oamigodopovo.noblogs.org DF e Goiás, Jun/Jul/Ago. de 2022

Eleições 2022

Editorial

OS TRABALHADORES SÃO CONVOCADOS PRA ESCOLHER SEU PRÓXIMO CARRASCO

Antônio Galego



No dia 2 de outubro ocorrerão as eleições. A pandemia, o aumento da informalidade, a inflação, a violência policial, a diminuição das greves e a desmobilização popular, a guerra na Ucrânia, são fatores que impactam as eleições, e o contrário é verdadeiro, as eleições impactam na luta de classes. Por isso a importância da análise e crítica das eleições.

Uma forte campanha burguesa e reformista tem sido realizada para legitimar o voto, tão descredenciadas pelo povo. Artistas famosos (Anita, Pablo Vitar, etc.), empresas (Burger King, etc.) e o TSE tem investido pesado contra o “não voto” (nulos, brancos e abstenções), isso num país onde o voto é obrigatório!

O fundo eleitoral desse ano será de 4,9 bilhões. Apenas o União Brasil, onde o pré-candidato à reeleição a governador Ronaldo Caiado (ex-DEM) é presidente em Goiás, receberá mais de R\$ 770 milhões. O PT vai abocanhar a segunda maior parte: 484 milhões. Em um período de crise pandêmica, desemprego, teto de gastos, é um escárnio essa campanha bilionária!

Além disso, a recente reforma eleitoral só aumentou o poder dos grandes partidos a serviço da burguesia. A “cláusula de barreira” exige dos partidos uma porcentagem de votos para ter propaganda gratuita na TV, Rádio e receber o fundo partidário. Para alcançar a cláusula de barreira, também foi criada a possibilidade da “federação” de partidos. Já foram aprovadas 3 federações: 1ª) PT, PV e PCdoB; 2ª) PSDB e Cidadania; 3ª) PSOL e Rede. O caso do PSOL é

emblemático: partido que nasce de racha à esquerda do PT, mas se mantendo num oportunismo eleitoreiro vai guinando cada vez mais à direita, até ao ponto de se fundir com o partido burguês Rede e sequer apresentar candidatura própria a presidência, aderindo de mala e cuia ao Lulismo. Na prática, a reforma política-eleitoral só reforça os partidos corruptos e burgueses, e leva a uma guinada à direita para os demais conseguirem participarem do circo eleitoral dos ricos.

Pra piorar, no âmbito da disputa presidencial nós temos o fortalecimento da polarização Bolsonarismo X Lulismo. A propaganda de uns sobre “ameaça comunista” e de outros sobre “ameaça fascista” servem ao mesmo interesse: a captação dos sentimentos de parcelas da população para seus objetivos eleitoreiros. Isso porque nenhum dos projetos pretende uma ruptura com a ordem, nem possui condições para tal, muito possivelmente se houvessem ações nesse sentido (à direita ou à esquerda) seriam por fora de tal polarização. Tanto um como outro, assim como toda lógica do sistema eleitoral com sua reforma recente, funcionam para a continuidade das eleições como instrumento de dominação de classe da burguesia sobre as massas.

Assim, apesar da relação com a luta de classes, as eleições possuem limites que impedem mudanças estruturais favoráveis aos trabalhadores. As mudanças, quando ocorrem, são paliativas e só levam a manutenção da exploração e sofrimento do povo. Por isso chamamos isso de “pequena política”. A grande política é definida de fato pela burguesia nacional e internacional. A burguesia, com apoio da direita e da esquerda, dizem ao povo que a única política possível é a política eleitoral. Resumir a ação das massas à pequena política é o resultado de décadas de hegemonia reformista nos movimentos sociais. A revitalização atual do Lulismo é o maior produto dessa degeneração, impedindo alternativas no curto prazo de reorganização da classe.

Os primeiros passos foram dados!

Lançamos o nosso jornal em março sabendo das dificuldades pra construir um instrumento de propaganda anarquista no interior do Brasil. Estávamos esperançosos em demonstrar a sua importância e assim disputar aos poucos o apoio de mais e mais camaradas. O trabalho foi feito, pontes foram criadas e o primeiro objetivo foi alcançado!

A primeira edição d’O Amigo do Povo foi distribuído principalmente no Distrito Federal e Goiânia, mas também chegou em Jataí (GO), Dourados (MS), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Novo Gama (GO), Valparaíso (GO), Ocidental (GO), Luziânia (GO), além de chegar às mãos de catadores, professores, indígenas, estudantes, sem terra, lideranças sindicais e populares. Recebemos vários retornos positivos, elogios sobre os temas e a edição, e contribuições financeiras fundamentais pra sustentar a atual edição.

Esperamos seguir avançando na consolidação dessa nova tribuna de combate do anarquismo e da luta classista! Para isso, o seu apoio comentando, divulgando, contribuindo financeiramente, é sempre bem-vindo. Nessa edição fazemos uma saudação especial aos 9 anos da insurreição popular de junho de 2013, também denunciamos o assassinato do jovem Guarani Kaiowá Alex Lopes a mando de fazendeiros no dia 21 de maio. ■

**VIVA AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013!!
CAMARADA ALEX LOPES, PRESENTE!!**

Para os bakuninistas é necessário construir a grande política revolucionária de massas em oposição à política burguesa-imperial. Isso só será possível com a reorganização da classe trabalhadora. Hoje essa política revolucionária só pode ser aplicada por pequenos núcleos em escala local, em cada greve e movimento reivindicativo, mas deve ser guiada a cada passo pela independência de classe e combatividade. Deve ser uma política que expressa antagonismo no âmbito das relações estruturais de classes. O resultado da política revolucionária não é eleições ou conchavos futuros, é a greve geral e a insurreição, pra destruir o sistema político-econômico e libertar nosso povo. ■

Retomadas Guarani e Kaiowá avançam frente ao terrorismo de Estado e do latifúndio

Anarquistas em Dourados (MS)

No dia 21 de maio, o jovem indígena Guarani Kaiowá Alex Vasques Ricarte Lopes, de 18 anos, foi brutalmente assassinado por grandes fazendeiros, enquanto buscava lenha nas proximidades da Reserva Indígena Taquapiry, fronteira com o Paraguai, no cone sul do Mato Grosso do Sul (MS). Alex foi alvejado com 6 tiros e seu corpo jogado no lado Paraguaio da fronteira. Sua morte se soma aos demais Guarani e Kaiowá que tombaram na luta pela retomada de seus territórios ancestrais, incluindo outros três parentes de Alex Lopes assassinados por fazendeiros e jagunços na mesma região: Xurite Lopes, rezadora e anciã assassinada em 2007; Ortiz Lopes (2007); e Oswaldo Lopes, assassinado em 2009.

A Reserva Taquapiry foi uma das 8 Reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI, antes da criação da FUNAI em 1967), instituídas entre 1916 e 1928 junto ao avanço da fronteira agrícola no MS. O objetivo das reservas era liberar terras para a colonização, o que provocou extermínio, remoção forçada e escravidão dos povos indígenas. Neste processo histórico, os latifúndios se estabelecem para monocultura de grãos (soja e milho transgênico), cana-de-açúcar ou agropecuária, todos produtos destinados para exportação. Hoje, são estes mesmos latifúndios que, em conjunto com sindicatos rurais, políticos e empresários locais, promovem a guerra contra os povos indígenas.

Porém, frente ao terrorismo estatal e latifundiário, também cresce a resistência: na madrugada do dia 22 de maio, a fazenda onde ocorreu o assassinato de Alex é retomada pelos Guarani Kaiowá, onde também enterram seu corpo. Após a retomada, o local é cercado e bloqueado por fazendeiros, seguranças privados e pelo Departamento de Operações de

Fronteira (DOF), polícia privada do agronegócio. A retomada, batizada de “Tekoha Jopara”, deflagra novo período de resistências: no dia 25 de maio, outra terra ancestral é retomada na região de Amambai - Guapoy Tujury - em fazenda limítrofe à Reserva de Amambai [Guapoy]. A retomada é alvo imediato de operação de guerra, envolvendo helicópteros, tiros de fuzil, ação da Polícia Militar e intimidações com uso de máquinas agrícolas.



Foto: rezadora Guarani Kaiowa na retomada Guapoy Tujuri. Por @scotthil, fotógrafo Guarani.

Estes fatos se inserem em contexto mais amplo de aprofundamento da espoliação extrativista na América Latina e, em especial, contra terras indígenas - a exemplo do garimpo e da mineração no norte do país, que resultou recentemente no assassinato e estupro de crianças Yanomami e na expulsão/desaparição de comunidades inteiras. No MS, o Estado vem mobilizando três frentes prioritárias para explorar terras indígenas, como táticas

de guerra: 1) a infiltração de igrejas pentecostais e queimas de casas de reza [ogá pysy] nos tekoha (terras ancestrais) Guarani e Kaiowá; 2) a pressão pelo arrendamento de terras indígenas para plantio de soja; 3) megaprojetos como a ferrovia Nova Ferroeste, que impactará diretamente territórios Guarani e Kaiowá.

A primeira questão resultou em relatório produzido pela Kuñangue Aty Guasu - grande assembleia das mulheres Guarani Kawioá - que demonstrou que, somente entre 2020 e 2022, foram 11 casas de reza queimadas por ação da Igreja Deus é Amor, articulada com arrendatários de soja e pastores não-indígenas que promovem a introdução da igreja em determinadas comunidades. É um amplo projeto contra-insurgente, onde rezadoras e rezadores - nhandesy e nhanderu, centrais para as retomadas - são alvo de tortura e ameaças de morte - incluindo ameaças de serem incendiados, após acusações de bruxaria.

Sobre o segundo ponto, retomadas próximas ao local do ataque que resultou no assassinato de Alex também foram alvo recente de ameaças de morte e violências contra a comunidade de Yvy Katu, retomada em 2013. Fazendeiros e jagunços pagos pelo agronegócio intimidaram a comunidade com tiros de armas de fogo com intenção de expulsar os indígenas para permitir arrendamento de soja. A situação se agravou após denúncia realizada pela comunidade durante reunião da Aty Guasu, que ocorria ao mesmo tempo em que ambos os ataques aqui discutidos ocorreram.

Por fim, a Nova Ferroeste ameaça cortar e impactar territórios indígenas, quilombolas e assentamentos no MS e Paraná, conectando a exportação da soja, carne e outros produtos no MS - diretamente ligados ao genocídio dos povos indígenas - ao porto de Paranaguá (PR). Para impedir mais essa ameaça de violação e devastação dos territórios Kaiowá e Guarani por grandes empresas do agronegócio, somente o fortalecimento e expansão das retomadas através da autodefesa e da autonomia alimentar poderá deter a nova colonização. Frente a farsa eleitoral, defender a luta dos povos e as lutas territoriais por terra e liberdade deve ser tarefa central das lutas populares.

Por um anarquismo anticolonial e pelo levante revolucionário dos povos do mundo, todo apoio às retomadas Guarani e Kaiowá! ■



Foto: retomada Guapoy Tujuri.

A NOVA ESCRAVIDÃO NO DF E EM GOIÁS

Érico



propriedades rurais no município que é um dos mais importantes para o agronegócio no estado. Em 2020 vinte e oito trabalhadores foram resgatados em Águas Lindas de Goiás, e nesse ano, uma outra trabalhadora foi resgatada em uma chácara após 5 anos de trabalhos forçados. Casos como esses somam-se a outros 803 resgates de trabalhadores em situações análogas à escravidão, registrados entre 1997 e 2021 só no Distrito Federal e Entorno.

Os dados publicados pelo Ministério da Economia mostram que o perfil das vítimas resgatadas no DF e Entorno é de homens entre 30 e 39 anos, negros (pretos ou pardos), de origem mineira ou goiana. Apesar dos dados divulgados por esse ministério, a posição do Estado brasileiro é de (no mínimo) total incoerência. As ações governamentais que se valem da estrutura estatal não inibem, punem ou evitam que essa situação esteja sempre junto das transformações econômicas e da reprodução capitalista que a sociedade e território são sujeitos. Através das políticas de destruição dos direitos

trabalhistas, os planos econômicos e os projetos que aliam a exploração de territórios e atividades agroextrativistas em regiões de grande vulnerabilidade social, o Estado brasileiro beneficia latifundiários, empresários e especuladores. Essa postura não é nova, tendo evoluído desde às antigas oligarquias do império às elites da república.

Além das elites historicamente referenciadas, muitas entidades religiosas exploram trabalhadores à escravidão. É o caso de uma seita religiosa denunciada na região administrativa do Gama (DF) onde escravizou 95 pessoas nas dependências de uma chácara vinculada à entidade.

A superação da exploração dos trabalhadores, seja na nova escravidão que demonstra não estar isolada nem na história nem em um espaço distante no território brasileiro, seja na exploração do trabalho assalariado, mas com jornadas exaustivas, postos de trabalhos distantes das origens dos trabalhadores, e com a finalidade de enriquecer grandes empresários, só será definitiva através da organização dos trabalhadores. ■

Não, você não voltou no tempo! A escravidão nunca esteve distante de nós. No Distrito Federal e Goiás centenas de casos de trabalhadores em situações análogas à escravidão têm sido denunciados. Somente em 2022, em Cristalina-GO (à 131 km de Brasília) 32 trabalhadores rurais foram encontrados em carvoeiras dentro de duas

“Paz é uma palavra doce para aquele que é livre, mas tem sabores de sarcasmo para aquele que tem que alugar braços para poder viver. A paz será uma coisa desejável quando houver igualdade, pois enquanto subsistir a desigualdade, a paz será uma bênção para o amo, um sacrifício e exaustão para o escravo.”

Ricardo Flores Magón

Internacional

Continuam os ataques às comunidades autônomas zapatistas

Aurora

Os camaradas indígenas zapatistas (México) seguem sendo atacados e expulsos de seus territórios pela organização paramilitar ORCAO. Isso tudo com apoio (direto ou indireto) do governo Mexicano, supostamente de esquerda. Os apoiadores do movimento zapatista do México já vem denunciando tais ações há anos e nada tem sido feito por parte do governo para frear a guerra perpetrada contra os povos zapatistas. Muito pelo contrário, o silêncio das autoridades estatais é a regra.

Para expulsar os compas zapatistas de seus territórios a ORCAO já realizou sequestro, tiroteios, queima de depósitos de alimentos, cercamento das áreas de plantio e do acesso a água, intimidações, além das calúnias e difamações que já são regras. Recentemente a Rede de Resistência e Rebelião Ajmaq denunciou a expulsão de 29 famílias



Foto: Marcha zapatista “Alto a las guerras”, dia 13 de março de 2022.

do povoado zapatistas “La Resistência” e mais outras 54 do povoado Emiliano Zapata.

A verdadeira intenção da ORCAO é se apoderar das terras zapatistas a fim de obter o reconhecimento oficial delas pelo Estado e assim ter acesso ao programa governamental “Sembrando Vidas”. Já o Estado tem o interesse que as terras daquela região saiam do controle dos zapatistas pois elas como estão não são mercantilizáveis. Vemos uma nova face do colonialismo interno tomando forma

no México, onde ORCAO e Estado mexicano se unem na tarefa de expulsar o povo que busca viver de forma autônoma.

Para o Estado esta é uma situação interessante pois este não se envolve diretamente no confronto, deixa o papel de “bandeirante” para a ORCAO, mas ele é quem mais vai ganhar. Afinal pode ter o trunfo de ter novamente o controle capitalista da terra (seja para seu domínio próprio, seja para empresas privadas e estrangeiras). E

dessa forma segue a guerra contra as comunidades zapatistas. Ora em uma intensidade mais baixa, ora de intensidade mais elevada.

É preciso denunciar tal situação, oferecer nossa solidariedade aos companheiros zapatistas e ter claro que vivemos um período de guerra, e as guerras são principalmente contra os povos que resistem diariamente contra a lógica perversa do capitalismo e de seus Estados. ■

VIVA OS 9 ANOS DO LEVANTE POPULAR DE JUNHO DE 2013: CAUSAS, SIGNIFICADOS E MEMÓRIA COLETIVA

Antônio Galego

Fazem 9 anos de um dos eventos mais importantes na história da classe trabalhadora no Brasil nos últimos 40 anos: o levante popular de junho de 2013. Ele explicitou as contradições de classe, assim como os limites do reformismo. Quase todas as organizações socialdemocratas/comunistas assumiram uma posição contrarrevolucionária, e contribuíram para negar o levante e seus significados de diversas formas. Por outro lado, uma parte da direita assumiu elementos pontuais do levante, deturpando as suas principais características, e se aproveitou de um processo social carente de herdeiros na política hegemônica para se “revitalizar” e promover suas pautas reacionárias.

Na verdade, tanto a esquerda quanto a direita institucionais foram e são inimigas da revolta de 2013, e se beneficiam das deturpações sobre ela. Daí a importância de defender uma análise socialista revolucionária (anarquista) e demarcar, mesmo brevemente, o por que devemos reivindicar e compreender corretamente o grande levante popular de junho de 2013.

1) As raízes históricas do levante popular

Em primeiro lugar temos de situar historicamente os protestos de 2013. Os governos Lula (PT) lançaram mão de instrumentos de contenção dos movimentos sociais. Tanto macroeconômicos quanto

políticos, de cooptação. A partir dos governos Dilma esses instrumentos entram em processo de deterioração. As retomadas indígenas, as greves operárias nas obras do PAC, a radicalização do movimento estudantil e do funcionalismo público (com rupturas importantes com a CUT e a UNE) prepararam em parte o terreno para a irrupção das lutas em 2013. Muitos militantes da linha de frente no levante popular foram formados nesse contexto.

Essas lutas pré-2013 estavam relacionados ao modelo de desenvolvimento capitalista aplicado pelos governos petistas: 1) desenvolvimento capitalista no campo, com o boom do agronegócio, grandes mineradoras, hidrelétricas, obras de infraestrutura, gerando maior concentração de terras e integração ao capital internacional; 2) desenvolvimento do militarismo, com criação da Força Nacional, UPPs, lei anti-drogas, invasão neocolonial no Haiti, aumento de verbas e modernização das forças repressivas; 3) As reformas neoliberais (previdenciária, trabalhista e universitária) do governo Lula-Dilma, que aprofundaram a precarização das condições de trabalho e estudo, especialmente a terceirização.

A política macroeconômica dos governos do PT (2003-2016) combinava “desenvolvimentismo” e “neoliberalismo”, através de um dos principais mecanismos de ação imperialista: o duplo mercado

de trabalho, ou seja, um mercado de ocupações bem remuneradas, qualificadas, com garantias jurídicas e socialmente valorizadas, e outras ocupações desprovidas disso. Esse “mercado inferior”, que reúne a fração de classe que chamamos de proletariado marginal, teve um crescimento expressivo durante a era petista. Esse “novo” proletariado marginal possui contradições de diferentes ordens com o Estado e o sistema capitalista de forma geral.

É nesse contexto que eclodiu as lutas em 2013. Iniciaram com protestos em várias capitais contra o aumento das passagens. Eram impulsionados especialmente pelo movimento estudantil e juventude marginalizada, através de fóruns independentes das burocracias sindicais e partidárias. Em junho, com a repressão brutal aos protestos, assim como a proximidade dos megaeventos (ou seja, o modelo desenvolvimentista do PT), as manifestações se massificam e tomam o caráter de revolta popular: tendo como alvos os megaeventos e os núcleos do poder estatal, se utilizando da ação direta e autodefesa como táticas prioritárias, criando novas formas organizativas (fóruns e assembleias populares).

2) Caráter de classe, métodos e reivindicações dos protestos

É claro que um movimento que reúne milhões de pessoas nunca é homogêneo e



absoluto (como sonham os autoritários). Mas podemos dizer que o levante de 2013 possuiu as seguintes características gerais:

1º) em relação à composição de classe, reuniu especialmente o proletariado marginal, e todas as demais frações de classe (proletariado industrial, dos serviços e também setores da pequena burguesia urbana e aristocracia operária);

2º) Em relação ao programa, predominaram as reivindicações por transporte, saúde e educação pública, o que mostra como as reivindicações econômicas de natureza coletiva predominam sobre a de natureza corporativa;

3º) os métodos de manifestação de rua, ocupação ou ataque à órgãos do Estado e empresas, assim como o uso da autodefesa de massas (os “black blocs”), expressam o predomínio da ação direta e métodos históricos da luta de classes que foram abandonados pela aristocracia de esquerda, aburguesada e integrada ao sistema.

Assim, a espontaneidade do levante está diretamente ligada às contradições sociais e econômicas que o produziram e as lutas que o precederam. O levante é espontâneo, mas as contradições já se acumulavam há anos. A revolta popular de 2013 expressou um conteúdo antissistêmico, anti-militarista e coletivista. Isso levou ao confronto com a política hegemônica de “esquerda” e de “direita”, e sofreu uma forte campanha de criminalização burguesa.

3) Os arrependidos de 2013: ataque a memória popular pelo reformismo

A criminalização em 2013 se transformou hoje em difamação. Os reformistas se juntaram à burguesia numa campanha para impedir a memória e o aprendizado das massas com junho de 2013. Para os partidos da ordem, negar ideologicamente o levante é fundamental para reafirmar o sistema, e para aprisionar ideologicamente as massas à pobreza política da

polarização Lulismo x Bolsonarismo. Para nossos inimigos 2013 não pode ser um exemplo, pra que não haja continuadores.

Assim, os participantes de junho foram e são alvos da repressão ideológica do reformismo petista. Para isso utilizaram diferentes mentiras. A narrativa de que o impeachment e o bolsonarismo são frutos de 2013 é a principal, pra deslegitimar a insurreição e realinhar novamente ao eleitoralismo e ao Lulismo determinados setores desgarrados, especialmente a juventude.

Segundo eles os manifestantes de 2013 foram manipulados por organismos internacionais numa “guerra híbrida”. Nada falam das contradições de classe ou da burocratização dos movimentos sociais nos governos petistas. Induzem uma parcela da juventude trabalhadora a assumir um sentimento de arrependimento e de receio aos movimentos autônomos/espontâneos (a exemplo da greve dos caminhoneiros etc). Para o reformismo degenerado do PT a única ação legítima é a tutelada por eles mesmos, o resto está sempre sob a dúvida de “fazer o jogo da direita”, de “desunir a esquerda”, etc.

Na prática, o ataque à memória popular de 2013 serve aos mesmos objetivos gerais que levou o reformismo petista no processo de “redemocratização” em 1980 a rejeitar a memória da luta armada contra a ditadura, com a construção ideológica dos “guerrilheiros arrependidos”. Apesar das diferenças históricas, tanto uma como outra são utilizadas pela ala mais à direita do PT para aprofundar a integração no sistema político burguês e para combater uma potencial ação insurgente-revolucionária no Brasil.

Para os nossos dias, os anarquistas revolucionários têm uma grande responsabilidade. As contradições estruturais, enfim, seguem latentes, seguem se acumulando, e cedo ou tarde haverá uma eclosão. A realidade não pode ser apagada com discursos, assim como uma cerca não pode deter uma avalanche. Quando soar novamente a hora do combate e as massas encherem de fogo e revolta as avenidas, que os militantes e organizações populares carreguem consigo os aprendizados necessários das lutas e sofrimentos do nosso povo. ■

Indicação de vídeo

Maio nosso maio Origens do 1º de maio

Aurora

Em homenagem ao 1º de maio, dia do trabalhador, recomendamos a animação “Maio Nosso Maio”, disponível gratuitamente no youtube.

De uma maneira didática, breve e interativa, o filme resgata o sentido original do Dia dos Trabalhadores. Retratando o contexto da época nos é contada a história da greve geral e dos protestos que deram origem ao dia e lembrado os anarquistas envolvidos e que foram assassinados pelo Estado por lutarem por melhores condições de trabalho e a redução da jornada de trabalho.

Fica a dica também aos professores que querem debater a temática em sala de aula! ■



NASCE A FEDERAÇÃO AUTÔNOMA DE TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO (FATE)

Saudamos à FATE por sua fundação e pela auto-organização das categorias que a compõe. A organização ocorreu no início de 2022 durante a pandemia, no contexto de aprofundamento das desigualdades sociais, dos ataques à educação pública, da reforma trabalhista, e renovação curricular no Ensino Médio. A federação é filiada à FOB.

Com mais de 2,5 milhões de trabalhadores nas redes de ensino, professoras/es, secretários/as escolares e técnicos-administrativos, trabalhadores terceirizados da limpeza, vigilância, portaria, e serviços gerais no em todos os níveis de ensino no Brasil, não possuíam uma organização que reunisse de maneira ampla as categorias do ramo da educação.

A federação surge comprometida na construção de um projeto para a libertação da exploração econômica e da submissão das classes trabalhadoras. Defende os serviços públicos para servir

Érico



às necessidades do povo, e se posiciona contrária à privatização, terceirização e a precarização dos serviços, incluindo os trabalhadores terceirizados ao quadro de trabalhadores do serviço público.

No que diz respeito a educação, a FATE se posiciona contrária aos desmontes, militarização e privatizações das universidades e instituições de ensino superior públicas, defende o livre acesso dos estudantes aos níveis de ensino. Por uma educação emancipatória, contra a criminalização e perseguição

de trabalhadores e estudantes que se organizam em busca de melhores condições de trabalho e educação, contra as injustiças e violências. O surgimento da organização se mostra necessária frente a todos os ataques que o povo vem sofrendo, e a necessidade de organização para alcançar suas reivindicações.

Para mais informações: www.fate.lutafob.org

Avante a reconstrução do sindicalismo revolucionário! ■

ENSINO PRESENCIAL, JÁ!

Érico

A Universidade de Brasília completa um ano e meio de aulas remotas. Nesse período, professores universitários, técnicos-administrativos e estudantes estiveram “fora” da universidade. Somente os trabalhadores terceirizados (limpeza, vigilância entre outros) vítimas da precarização do trabalho e considerados essenciais para a manutenção dos prédios, e vigilância dos campi, estiveram presentes nas dependências da universidade. A exploração pode ter custado vidas desses trabalhadores da UnB que morreram devido a covid-19. Mas a ‘vida universitária’ continuou, e o mote “ninguém fica para trás” entoado pela reitoria, pareceu cada vez mais irônico e um dito de mau gosto. As condições precárias de estudo no ensino remoto, a precarização do trabalho dos professores e os (altos) índices de evasão nas disciplinas apontam o cenário deprimente da educação. A postura de alinhamento do DCE-UnB com as instâncias de deliberação da universidade e sua estratégia de pouca comunicação e desmobilização da base estudantil, revelam o contentamento e desprezo pela luta combativa.

Mesmo com o avanço na imunização da população no DF e Entorno, a Universidade de Brasília é uma das últimas instituições de ensino a retornar ao ensino presencial. Para o retorno a instituição prevê a adoção

do passaporte vacinal como forma de controle – ineficaz e prova da arrogância elitista adotada pelas instâncias da universidade – trazendo contraste ao cenário da maior parte dos estudantes do povo e trabalhadores vindos das cidades na periferia de Brasília, e que acessam a universidade através de transportes públicos que nunca deixaram de estar lotados, nem mesmo nos períodos de pico de contaminação por covid-19.

Urge a mobilização dos estudantes e trabalhadores para derrubar as medidas de controle e restrição que impediram na universidade. Contra o passaporte da vacina, contra o controle dos espaços de organização estudantil, e contra a precarização e desmonte do ensino presencial! Devemos lutar pela ampliação dos auxílios para sobreviver e poder estudar, pela ampliação da oferta de linhas de ônibus das regiões administrativas e municípios até os locais de estudo próximos a universidade, ampliação das viagens dos intercâmpis, luta contra o desmonte e a precarização do ensino presencial nas universidades e institutos federais, pela amplia-



ção do passe-livre estudantil a estudantes do Entorno do DF, e pela ação direta contra os desmontes às políticas educacionais. Esses são apenas alguns exemplos das nossas necessidades das lutas reivindicativas que deverão incomodar a Reitoria, o GDF e o Governo Federal. A construção da via combativa pela democracia de base, autonomia e a ação direta são os caminhos organizativos que defendemos para construir uma universidade popular e que sirva ao povo! ■

LUTAR CONTRA A FOME

Do arroz à gasolina, a luta contra a carestia de vida e a posição dos anarquistas revolucionários

Jiren D.

Os trabalhadores do Brasil vêm sofrendo e cortando literalmente na própria carne. Os preços do arroz, feijão, carne, verduras e legumes batem recordes de preços. Mesmo o Brasil sendo grande produtor desses alimentos, hoje a cesta básica já compromete em média mais de 60% do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros. A gasolina e o diesel também batem recorde de preços e, além de corroer o salário dos trabalhadores, impacta toda cadeia produtiva.

Enquanto os trabalhadores sangram, o governo e economicistas burgueses tentam achar desculpa para a alta dos preços. Falam da inflação, do real desvalorizado e da oferta e demanda, mas há uma reposta simples do ponto de vista de classe: o lucro está a cima dos trabalhadores.

Do outro lado, a militância seja ela reformista ou “revolucionária” não conseguem dar resposta ao di-

lemas emergenciais das massas populares do Brasil. Enquanto a socialdemocracia segue sua estratégia de deixar o governo Bolsonaro sangrar por causa da eleição, outras frações da esquerda só se importa em pautas indidentárias e pós-modernas com recorte de “classe média”, bem distante da realidade das massas populares do Brasil.

Os anarquistas e revolucionários em geral, fora poucas exceções, que fazem um trabalho sério junto ao povo, também não conseguem

dar respostas, ficando preso seja num revolucionarismo estéril deslocado da base ou sendo cooptado por pautas liberais e reformistas como lutas identitárias e antifascismo, Fora Bolsonaro, e com isso jogando o método materialista de mobilização no lixo.

Apesar da situação catastrófica, toda essa problemática não será resolvida a curto ou médio prazo. Cabe aos militantes anarquistas honestos terem a paciência revolucionária e voltarem suas energias para lutas mais elementar de organizar o povo, construir assembleias, organizar as bases numa via independente e dar centralidade as reivindicações concretas do povo, e com paciência e respeitando o tempo da experiência coletiva do povo, unificar essas lutas em federações sindicalistas revolucionária do povo e caminhar para que o programa reivindicativo do povo avance ao programa revolucionário. ■



A realidade material como inimiga da realidade virtual

Aurora

A pandemia intensificou o processo de virtualização das relações em uma rapidez jamais esperada. Se até 2019, o alcance dos debates virtuais já era preocupante a substituição do contato humano pelas lives, conversas online e festas virtuais vieram com força nos anos posteriores.

Assistimos as redes sociais se tornarem as responsáveis por grande parte dos assuntos pautados dentro do ambiente familiar e de amigos. A argumentação a um tema polêmico já vem pronta, assim como sua contra-argumentação. Os influencers e outros cretinos assumem o papel de problematizar e pautar a opinião da grande massa “consumidora” de conteúdo.

Se no discurso as redes sociais tinham o potencial de difundir uma maior pluralidade de ideias, na prática tornou os cancelamentos e problematizações como a regra do dia. Um tema precisa rapidamente ser substituído por outro, não há espaço para aprofundamentos e para organização da luta popular, mudam-se os focos da atenção e parar não é possível se você quiser estar em dia. O pior inimigo do escândalo é o escândalo seguinte.

É nesse contexto, no qual estamos em casa em quase todo nosso tempo livre e que somos bombardeados com polêmicas

que ver um programa como o Big Brother Brasil se tornou tão atrativo. Ver a vida das pessoas como uma vitrine, onde elas a partir de jogos de intriga, são levadas a mostrar o seu “pior” lado, nos possibilitou ser juízes morais do conforto do nosso lar. Se defendemos o mais “oprimido” em nossas redes sociais, ou se convencemos muitos a votarem contra o participante “opressor” já nos sentimos fazendo nossa parte por um mundo melhor. Novamente a fugacidade é a centralidade. Assim que o programa acaba, a “militância” muda o foco para outro escândalo ou para outra problematização.

Polêmicas, cancelamentos e calúnias geram envolvimento e envolvimento gera like. O mundo online se pauta principalmente por aquilo que nos separa e nele se distorcem conceitos chaves para a luta pela libertação dos trabalhadores. Militância deixou de ser um compromisso com movimento coletivo e pode ser até votar no BBB, revolução pode ser algo meramente individual, socialista ou comunista pode ser qualquer um que se intitular assim (até a bilionária dona da Magazine Luiza). Parece que somos incapazes de construir movimentos coletivos, de conviver com o diferente e assim o individualismo adentra em nossas vidas sem que a gente se dê conta e ainda achamos que estamos mudando o mundo do sofá (claro, desde que postemos no “insta”). ■

Questão agrária no Brasil

A luta pela terra e as ilusões do reformismo agrário

Antônio Galego

Em toda a história do Brasil houve luta pela terra. As massas camponesas têm uma experiência riquíssima, de formação de quilombos, territórios livres, retomadas, guerrilhas, sabotagens, messianismo, banditismo, movimentos sociais, sindicatos, trabalho e propriedade coletiva, etc. O campesinato é a fração da classe trabalhadora com mais episódios de enfrentamento armado e de massas contra o Estado brasileiro, e com registros importantes de vitórias.

A partir desse fato (luta pela terra), diferentes correntes e organizações formularam orientações gerais para enfrentar o problema agrário. Tais orientações é o que chamamos de programa. Os diferentes “programas agrários” são fruto de acúmulos de experiência e análise, profundamente marcados pelas visões de mundo, estratégia e objetivo de quem os formulou (marxistas, desenvolvimentistas, anarquistas, etc.).

Assim, é necessário diferenciar a luta pela terra dos diversos programas. Por exemplo, o programa de Reforma Agrária defendido pelos

movimentos sociais atualmente é a expressão histórica de uma série de disputas concretas e que veio a se tornar a linha política hegemônica dentro do movimento camponês. Mas reforma agrária e luta pela terra não são a mesma coisa. Luta pela terra é um processo mais amplo e antigo. Nessa luta distintos programas estão em disputa.

Reforma agrária: transformação via Estado pra desenvolver o capitalismo “nacional”?

O programa da reforma agrária se desenvolveu no interior do movimento camponês como parte da orientação socialdemocrata/comunista. O primeiro auge da luta pela reforma agrária se dá nas décadas de 1950/60, com a organização massiva e combativa das Ligas Camponesas e, por outro lado, pela integração da pauta pelo governo João Goulart com as “reformas de base”. O segundo auge será com a formação do MST e as ocupações nos anos 1980/90. [Continua na próxima pág. ->]

ZÉ PORFÍRIO VIVE! 110 anos do nascimento do líder da revolta de Trombas e Formoso (GO)

Antônio Galego



No dia 27 de julho de 1912 nasceu José Porfírio de Souza no município Pedro Afonso (TO). Porfírio viveu em sua terra natal até se casar com Rosa Amélia de Farias, baiana de Remanso, com quem teve nove filhos. No fim da década de 1940, mudou-se para o norte de Goiás, influenciado pela campanha Marcha para o Oeste.

Após não conseguir ficar na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), Zé Porfírio se muda pra região dos povoados Trombas e Formoso. Lá residiam milhares de posseiros. No início da década de 1950, com a construção da Belém-Brasília (hoje BR-153) e os planos da nova capital, as terras se valorizam e os camponeses sofrem a violência de latifundiários que querem roubar suas terras. Mas os camponeses estão decididos a resistir.

Em 1954 o Partido Comunista inicia a militância nos povoados apoiando a luta camponesa, momento que Zé Porfírio se filia ao partido. A partir do armamento da população local, da tática guerrilheira e da campanha de apoio aos posseiros (especialmente em Goiânia), a vitória é alcançada, expulsando os grileiros, jagunços, policiais e demais órgãos do Estado dos povoados.

Durante uma década (1954 à 1964) Trombas e Formoso foram “território livre”, com a auto-organização popular em conselhos de córregos e na Associação de Lavradores, com a garantia da terra aos que trabalham, sem interferência de órgãos estatais (polícia, justiça, etc.). Se tornou um exemplo e um foco da luta camponesa combativa.

Em 1962 Porfírio se lança candidato à deputado em Goiás e vence. Mas as eleições não o cegam. Segue defendendo a necessidade da revolução, se vinculando também às Ligas Camponesas. As vésperas do golpe militar de 1964, avalia:

“Eu queria denunciar o golpe em marcha, apelar para o povo se armar e organizar a resistência, mas os promotores do congresso me pediram que fizesse um discurso água com açúcar, falando em paz quando a guerra está declarada, falando em legalidade quando metralhadoras e fuzis são estocados pelos latifundiários nos porões das associações rurais.”

O camponês revolucionário entrará para a 1ª lista de procurados da ditadura. Zé Porfírio será preso e desaparecido em 7 de junho de 1973. Os povoados de Trombas e Formoso sofreram invasão militar, perseguições, assassinatos e torturas. **A memória do Zé Porfírio e da revolta de Trombas e Formoso seguem vivas em nossas lutas!** ■

Em ambos os processos o conflito entre a estratégia da ação direta e a estratégia reformista-estatista esteve presente, mas com uma diferença significativa: As Ligas “resolveram” tal conflito com um processo de radicalização (“reforma agrária na lei ou na marra” e defesa da luta armada) e o MST guinou cada vez mais ao reformismo e, hoje, ao Lulismo.

A reforma agrária é pensada pelos movimentos e partidos reformistas como medidas de redistribuição de terras a serem implementadas de forma indireta através de um governo, e não diretamente pela massa camponesa organizada. Por mais que se impulsione protestos e ocupações, a dependência de “governos favoráveis” e do reconhecimento das instituições estatais, leva milhares de famílias acampadas a amargar

por anos na beira das estradas. Com o passar do tempo, a luta encaminhada dessa forma limitada é cada vez mais substituída pela disputa eleitoral e de “políticas públicas”.

Por outro lado, a reforma agrária é pensada como parte de um projeto de desenvolvimento “democrático e popular” do Brasil, por dentro do sistema. A redistribuição das terras tem como objetivo o aquecimento do mercado interno, fortalecimento da industrialização e da economia nacional (capitalista!). As táticas do MST, focada num primeiro momento na crítica ao latifúndio “improdutivo”, e atualmente na produção e venda de “orgânicos” e criação de “agroindústrias” (em detrimento das ocupações e da ação direta), é um sintoma desse programa conciliador e seus limites históricos.

Contra o reformismo agrário: Ação direta por terra e liberdade!

O resultado dos governos petistas (2003-2016), com aumento da concentração de terras e fortalecimento das grandes mineradoras e agropecuárias, demonstrou que a burguesia não ouve seus conselheiros “de esquerda”, que o capitalismo dependente brasileiro não precisa da reforma agrária para se desenvolver. Não pode haver qualquer ilusão num futuro governo Lula-Alkmin, muito menos numa reeleição de Bolsonaro, inimigo declarado dos trabalhadores! Ou o campesinato (em aliança com o proletariado urbano) se organiza para tomar as terras com suas próprias mãos, ou seguirá na ilusão de programas irrealizáveis e políticos oportunistas. ■

ANARQUISMO É LUTA!

“RENUNCIAREMOS TUDO, EXCETO A VITÓRIA?”

Antifascismo, revisionismo e conciliação de classes

Antônio Galego

“A propaganda [da burocracia da CNT-FAI] havia criado o mito renunciante de Durruti para encobrir sua incompetência e sancionar suas capitulações, levados por sua sede de poder e desejo de eternidade, com o aplauso do PCE, mas isso não era suficiente. Ainda faltava renunciar ao anarquismo, ‘a nossas ideias’, para salvar ‘Espanha’ do ‘invasor’; era preciso tornar-se chauvinistas.” (Miquel Amorós, Durruti en el laberinto, 2014)

O historiador espanhol Miquel Amorós, em seu livro “Durruti en el laberinto”, faz um estudo da ação e das posições de Buenaventura Durruti durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Analisa também o conflito direção-base no interior da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) e da FAI (Federação Anarquista Ibérica) e destas com as outras tendências políticas (comunistas, nacionalistas, etc.) durante a guerra civil.

Amorós demonstra como a chamada “unidade antifascista” se construiu passo a passo através da conciliação de classes com a burguesia republicana e em negação às conquistas revolucionárias do proletariado em julho de 1936. As jornadas de maio de 1937 em Barcelona são o último suspiro da linha classista-revolucionária em luta contra a linha colaboracionista da burocracia stalinista e libertária.

Durruti e a sua Coluna encarnavam esse espírito revolucionário das massas. Para as burocracias não bastava que Durruti fosse assassinado em novembro de 1936, era necessário deturpar suas ideias e convertê-lo num “herói nacional” de “todos”, em um “mito antifascista”. Assim, Durruti passa de um obstáculo para a linha colaboracionista a um mito a serviço dessa linha. A invenção da frase “renunciaremos tudo, exceto a vitória”, nunca dita por Durruti, foi usada nesse sentido. Muitos anarquistas perceberam essa manobra:

“Em Durruti lhe ‘penduraram’ aquilo de ‘renunciaremos a tudo menos a vitória’

porque servia aos burocratas daquela CNT como um anzol para pescar algumas pastas ministeriais.” (Carta de Peirats à Joan Llarch, em “Un anarquista en la guerra de España”, Cipriano Mera, 1977).

Atualmente, se fala muito em fascismo, é necessário retomar esse debate: de como a política “antifascista” foi utilizada na história pelo republicanismo burguês e pela socialdemocracia para a conciliação de classes. O caso do Brasil é emblemático: em junho de 2013 as burocracias de esquerda chamaram “blocos antifascistas” em negação à revolta popular e em defesa do governo, e agora o discurso de “união antifascista” (com Alkmin!) é usado para as eleições de outubro. É o discurso antifascista servindo à conciliação de classes e à manutenção do sistema.

Os anarquistas revolucionários precisam aprender com a história. Parar de falar em antifascismo à reboque da política dos reformistas ou de um culturalismo ingênuo. Devemos combater a posição de renegados revisionistas como Federica Montseni, Abad de Santillan, Marianet, etc, ou seja, as capitulações da burocracia “libertária” na guerra civil espanhola. Para nós, o fascismo e a ditadura são manifestações específicas da contrarrevolução burguesa, por isso só podem ser destruídas de fato com revolução social e luta proletária. Não “renunciaremos tudo” para “vencer” Bolsonaro! A vitória só virá com nossa intransigência classista, não só contra o Bolsonarismo, mas também contra o Lulismo e o sistema capitalista de forma geral. ■

Sobre o “Fora Bolsonaro” e a agitação classista e revolucionária

Antônio Galego

Nós estamos em uma conjuntura de defensiva do proletariado. A burguesia está na ofensiva, ou seja, está em condições de realizar seus objetivos estratégicos como classe (reforma trabalhista, previdenciária, privatizações, etc.). Obviamente existem resistências populares, mas são restritas e na maioria das vezes recuadas. Em nenhum momento durante o governo Bolsonaro existiu correlação de forças favorável para derrubar o governo por meio de métodos de luta proletária-popular, ou seja, pela ação direta.

Sem uma mobilização combativa de massas (que foi sabotada pelo petismo particularmente desde o “Ocupa Brasília” em 2017 e durante todo governo atual) a palavra de ordem “fora Bolsonaro” caiu no vazio e foi usada pela oposição socialdemocrata/liberal para desgastar o governo, se utilizando de todo cenário de morte, precarização e ataques como trampolim eleitoral. O foco desde o começo foi a mudança de governo, “primeiramente fora Bolsonaro...”. O povo deveria submeter todas as suas reivindicações e lutas à troca do governo atual. É o paradigma clássica da socialdemocracia de superioridade da luta política (partido) sobre a luta econômica (sindicato).

Mesmo o “reformismo renovado” (PSOL, UP, PSTU, etc.) e setores autônomos acabaram à reboque da política Lulista do “fora Bolsonaro”. Por mais que uns defendiam o impeachment e outros a derrubada de Bolsonaro com “rebelião das massas”, não haviam condições para tais, e todos acabaram reforçando a concepção hegemônica de prioridade da troca de governo (paradigma socialdemocrata) que hoje fortalece a candidatura Lula-Alkmin (PT-PSB).

Para derrubar um governo com o método de luta proletária é necessária uma ofensiva das massas, e a partir disso colocar o governo capitalista em xeque. É isso que ocorreu com a greve geral de 1917 em SP, na luta pelas 8 horas do 1º de maio, na revolução mexicana em 1910, ou na revolução russa de 1917. A base da estratégia revolucionária é a mobilização popular por condições materiais de existência, que se orienta para o antagonismo estrutural entre as classes e culmina na destruição do sistema dominante.

Assim, o foco hoje é retomar a capacidade de resistência popular, enfrentando a desorganização e a burocratização. Aplicar o método materialista de mobilização do proletariado e a luta pela reorganização da classe. A agitação revolucionária deve relacionar continuamente as lutas reivindicativas específicas com a denúncia das políticas antipovo dos governos e patrões, mas não centrada no paradigma reformista de que a prioridade é a troca de governo. Contra esse paradigma opomos a verdade de que o povo pode conquistar vitórias sob o jugo de qualquer governo. Que a libertação e as conquistas dos trabalhadores serão obra dos próprios trabalhadores. ■